



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2009

4

PROVA OBJETIVA – TÉCNICO JUDICIÁRIO

Instruções:

1. Aguarde a autorização do Fiscal para abrir o caderno de provas.
2. Confira seus dados no cartão-resposta: nome, número de inscrição, cargo para o qual se inscreveu. Em caso de erro registrar os dados corretos na Ata de sala.
3. Assine seu cartão-resposta.
4. Sua prova tem 60 questões, com quatro alternativas.
5. Ao receber a ordem do fiscal, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciar a prova.
6. Esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas ou rasuradas ou marcadas diferente do modelo estabelecido no cartão-resposta serão anuladas.
7. O cartão-resposta não será substituído, salvo se tiver erro de impressão.
8. O candidato só poderá se ausentar da sala de provas, depois de decorrida **1h30min** do início das mesmas, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
9. O candidato somente poderá se retirar da sala de provas levando o caderno de provas no decurso dos últimos **60 minutos** anteriores ao horário previsto para o seu término.
10. O cartão-resposta não será substituído. As marcações duplas ou rasuradas serão anuladas.
11. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
12. A duração da prova é de **4h** horas, incluindo o preenchimento do cartão-resposta.
13. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar o cartão-resposta, preenchido e assinado, ao fiscal de sala.
14. Os **03** (três) últimos candidatos que realizarem a prova devem permanecer na sala para acompanhar o fechamento do envelope contendo os cartões-resposta dos candidatos presentes e ausentes. Esses candidatos deverão assinar a ata de sala atestando que o envelope foi devidamente lacrado.

BOA SORTE!

TÉCNICO JUDICIÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I – A atividade administrativa tem natureza de encargo ou *múnus público* ao agente que a exerce para com a coletividade.

II – O interesse público e o bem comum da coletividade são os fins a que é voltada a atividade administrativa.

III – Dentre os princípios básicos da atividade administrativa verificamos o da *segurança jurídica*.

- a) Todos os itens estão incorretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I e III estão corretos.

2. Assinale a alternativa abaixo que NÃO corresponda a um dos deveres do administrador público.

- a) Dever hierárquico.
- b) Dever de prestar contas.
- c) Dever de probidade.
- d) Dever de eficiência.

3. Acerca do abuso de poder, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O abuso de poder, em sua forma comissiva, se caracterizará na ocorrência do desvio de poder
- b) O abuso de poder, em sua forma omissiva, se caracterizará na verificação de omissão específica do administrador.
- c) Na forma comissiva, o abuso de poder se caracterizará na presença do excesso de poder.
- d) Na forma omissiva, o abuso de poder se caracterizará na presença de omissão genérica do administrador.

4. Tendo em vista a conceituação e peculiaridades do ato administrativo, podemos afirmar que:

- a) O ato administrativo possui três espécies, a saber: atos legislativos, atos judiciais e atos administrativos em sentido estrito.
- b) Os Poderes Judiciário e Legislativo não praticam atos administrativos, sendo estes adstritos à esfera de competência do Executivo.
- c) Dentre as peculiaridades do ato administrativo, encontramos a manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, ao passo que a bilateralidade é característica dos contratos administrativos.
- d) Não se equiparam aos atos administrativos aqueles praticados pelas empresas estatais e pelos prestadores de serviços públicos delegados.

5. A “imediata execução ou operatividade, mesmo diante de arguição de vícios ou defeitos” é uma característica do ato administrativo decorrente do atributo:

- a) Da imperatividade.
- b) Da presunção de legitimidade.
- c) Da auto-executoriedade.
- d) Da coercibilidade.

6. Ao se classificar o ato administrativo em ato válido, nulo e inexistente, é adotado o critério:

- a) Quanto ao conteúdo.
- b) Quanto à eficácia.

- c) Quanto à retratabilidade.
- d) Quanto aos efeitos.

7. O ato administrativo que, embora perfeito, não produza seus efeitos diante de condição de que depende sua operatividade, é classificado como:

- a) Ato pendente.
- b) Ato vinculado.
- c) Ato suspensível.
- d) Ato condição.

8. Assinale a alternativa abaixo que corresponda a definição de ato administrativo complexo.

- a) É o ato administrativo que resulta da vontade única de um órgão, mas dependente de verificação de outro órgão para a sua execução.
- b) É o ato administrativo que se antepõe a outro para permitir a sua realização.
- c) É o ato administrativo que se forma pela junção de vontades de mais de um órgão administrativo.
- d) É o ato administrativo que concorre para a formação de um ato principal e final.

9. Quanto à invalidação dos atos administrativos, podemos afirmar que:

- a) A anulação do ato inválido tem efeito *ex nunc*, uma vez que não retroagirá ao momento em que foi praticado o ato anulado.
- b) A anulação poderá se dar pelo Judiciário somente por vício de legalidade, enquanto que, pela própria Administração, por vício de legalidade, conveniência e oportunidade.
- c) Ao contrário da anulação do ato inválido pela Administração, que se dará pela análise da legalidade, da conveniência e oportunidade administrativa, a revogação do ato deverá tão somente recair sobre a apreciação dos critérios de conveniência e oportunidade administrativa, feita unicamente pela Administração.
- d) A revogação do ato pela Administração produzirá efeitos *ex nunc*, operando seus efeitos a partir da vigência do ato revogador.

10. A Lei Federal n. 8.429/92 comina sanções aos agentes que praticam atos que importem em improbidade administrativa. Verificamos que tais sanções possuem natureza administrativa, civil ou política. Analise as alternativas abaixo e assinale aquela que apresenta sanções cominadas pelo diploma federal citado, exclusivamente de natureza administrativa.

- a) Perda da função pública, ressarcimento ao erário e proibição de contratar com o Poder Público.
- b) Ressarcimento ao erário, perda da função pública e proibição de receber do Poder Público benefícios fiscais.
- c) Proibição de receber do Poder Público benefícios fiscais, perda dos bens e valores e suspensão dos direitos políticos.
- d) Perda da função pública, proibição de contratar com o Poder Público e proibição de receber do Poder Público benefícios creditícios.

11. As alternativas abaixo apresentam as formas de provimento derivado de cargo público, exceto:

- a) Promoção.
- b) Nomeação.
- c) Recondução.
- d) Reversão.

12. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I – O servidor investido em mandato eletivo, tratando-se de mandato distrital, ficará afastado do cargo.

II – Mesmo ocorrendo a incompatibilidade de horário, o servidor afastado do cargo para exercer o mandato eletivo contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.
III – O servidor investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

13. A República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais rege-se pelo seguinte princípio:

- a) Pluralismo político.
- b) Cidadania.
- c) Não intervenção.
- d) Construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

14. Julgue verdadeiro ou falso para as proposições abaixo.

I – A titularidade e o exercício do poder sempre competem ao povo, consagrando o princípio da soberania popular. ()

II – O poder poderá ser exercido diretamente pelo povo mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular. ()

III – O Legislativo, o Executivo e o Judiciário são os poderes da União, dos Estados e dos Municípios, independentes e harmônicos entre si. ()

IV – O Brasil adota a forma federativa de Estado. ()

Agora, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, ao julgamento das proposições acima:

- a) F, V, F, V.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, V, V.
- d) V, V, V, V.

15. Analise as alternativas e assinale a que apresenta uma proposição correta acerca dos direitos e garantias fundamentais.

- a) A Constituição Federal, ao estabelecer que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, está assegurando aos indivíduos somente a igualdade formal.
- b) A Constituição Federal assegura o direito de reunião, de forma pacífica, sem armas e em locais abertos ao público, sendo exigido prévio aviso à autoridade competente, e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- c) Os direitos e garantias fundamentais são unicamente aqueles expressos na Constituição Federal.
- d) A Constituição Federal assegura que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa, mesmo que a invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e se recuse a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

16. No tocante aos denominados remédios constitucionais, considere as proposições abaixo e, em seguida, aponte a alternativa correta:

I – São gratuitas as ações de "habeas-corpus", "habeas-data" e o mandado de injunção.

II – O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer organização sindical, entidade de classe ou associação, desde que em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

III – O mandado de injunção é o remédio constitucional utilizado para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

IV - Somente os brasileiros natos possuem legitimidade para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições I, III e IV estão incorretas.
- d) Todas as proposições estão incorretas.

17. Em conformidade com as disposições constitucionais, podem propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) Todos os partidos políticos.
- b) Os Senadores Federais.
- c) O governador do Distrito Federal.
- d) Os Deputados Estaduais.

18. No que se refere ao Poder Judiciário, assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta:

- a) O Supremo Tribunal Federal pode aprovar súmula que terá efeito vinculante somente em relação aos órgãos do Poder Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder sua revisão ou cancelamento.
- b) O Tribunal Superior Eleitoral tem jurisdição somente na Capital Federal.
- c) Compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais por crimes eleitorais.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido em única instância pelo Tribunal Superior Eleitoral, se denegatória a decisão.

19. A Constituição Federal estabelece como idade mínima para os cargos eletivos de Vice-Prefeito e Deputado Federal, respectivamente:

- a) 21 anos e 21 anos.
- b) 18 anos e 21 anos.
- c) 21 anos e 30 anos.
- d) 21 anos e 35 anos.

20. De acordo com as disposições constitucionais o Senado Federal compõe-se de senadores que serão eleitos segundo o princípio:

- a) Proporcional.
- b) Unitário.
- c) Majoritário.
- d) Bicameral.

21. Em relação à lei que altera o processo eleitoral, a Constituição Federal estabelece que:

- a) A lei entrará em vigor e será aplicada somente 1 (um) ano após a sua publicação.
- b) A lei entrará em vigor 1 (um) ano após a data da sua publicação, se aplicando somente à eleição que ocorram após 1(um) ano da data de sua vigência.
- c) A lei entrará em vigor na data de sua publicação, se aplicando somente à eleição que ocorra após 1 (um) ano da data de sua vigência.
- d) A lei entrará em vigor 1 (um) ano após a sua publicação, e será aplicada somente à eleição que ocorra em até 1(um) ano da data de sua vigência.

22. Em consonância com as disposições constitucionais, a alternativa que traz uma hipótese de perda dos direitos políticos é a seguinte:

- a) A sentença de condenação criminal transitada em julgado.
- b) O cancelamento da naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse social.
- c) A incapacidade civil absoluta.
- d) A prática de atos de improbidade administrativa.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

23. No Windows XP através do Menu Iniciar, qual das opções abaixo é utilizada para se configurar impressoras?

- a) Pesquisar;
- b) Configurações;
- c) Documentos;
- d) Programas.

24. Que tipos de quebras são utilizadas no Word 2007?

- a) Quebras de Páginas e Quebras de Seção;
- b) Quebras de Páginas e Quebras de cabeçalho;
- c) Quebras de Seção e Quebras de exibição;
- d) Quebras de Cabeçalho e Quebras de Exibição.

25. Para que uma página do Internet Explorer seja exibida em tela cheia, em qual tecla devemos clicar?

- a) F9;
- b) F8;
- c) F10;
- d) F11.

26. Qual o significado de WWW?

- a) World Web Window;
- b) Wide web windows;
- c) World Wide Web;
- d) Wide Web World.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

27. Em Arquivologia, arquivo é o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização, firma ou pessoa, no decorrer de suas atividades, retidos e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros. Assinale a alternativa correta com relação aos documentos de arquivo:

- a) São resultados de uma pesquisa científica na área acadêmica, são em geral reproduções digitalizadas ou referências virtuais. Os documentos são acessíveis e conhecidos de toda a população do mundo.
- b) São resultados de uma criação artística ou de uma pesquisa científica e pode objetivar a divulgação técnica. É material que trata de informar, instruir ou ensinar em grande escala, na área acadêmica.
- c) Originam-se da criação artística ou da civilização material de uma comunidade artística. Sua característica é tridimensional (objetos) tem os mais variados tipos, naturezas, formas e grandes dimensões.
- d) São os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família, ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia abaixo um trecho do conto “A não me toques”, de A. Azevedo para responder às questões:

A "NÃO-ME-TOQUES"!

Artur Azevedo

I

Passavam-se os anos, e Antonieta ia ficando para tia, - não que lhe faltassem candidatos, mas - infeliz moça! - naquela capital de província não havia um homem, um só, que ela considerasse digno de ser seu marido. Ao Comendador Costa começavam a inquietar seriamente as exigências da filha, que repelira, já, com desdenhosos muxoxos, uma boa dúzia de pretendentes cobiçados pelas principais donzelas da cidade. Nenhuma destas se casou com rapaz que não fosse primeiramente enfeitado pela altiva Antonieta.

- Que diabo! dizia o comendador à sua mulher, D. Guilhermina, - estou vendo que será preciso encomendar-lhe um príncipe!

- Ou então, acrescentava D. Guilhermina, esperar que algum estrangeiro ilustre, de passagem nesta cidade..

- Está você bem aviada! Em quarenta anos que aqui estou, só dois estrangeiros ilustres cá têm vindo: o Agassiz e o Herman.

Entretanto, eram os pais os culpados daquele orgulho indomável. Suficientemente ricos tinham dado à filha uma educação de fidalga, habituando-a desde pequenina a ver imediatamente satisfeitos os seus mais custosos e extravagantes caprichos.

Bonita, rica, elegante, vestindo-se pelo último figurino, falando correntemente o francês e o inglês, tocando muito bem o piano, cantando que nem uma prima-dona, tinha Antonieta razões sobejas para se julgar um *avis rara* na sociedade em que vivia, e não encontrar em nenhuma classe homem que merecesse a honra insigne de acompanhá-la ao altar.

Uma grande viagem à Europa, empreendida pelo comendador em companhia da esposa e da filha, completara a obra. Ter estado em Paris constituía, naquela boa terra, um título de superioridade.

Ao cabo de algum tempo, ninguém mais se atrevia a erguer os olhos para a filha do Comendador Costa, contra a qual se estabeleceu pouco a pouco certa corrente de animadversão.

Começaram todos a notar-lhe defeitos parecidos com os das uvas de La Fontaine, e, como a qualquer indivíduo, macho ou fêmea, que estivesse em tal ou qual evidência, era difícil escapar ali a uma alcunha, em breve Antonieta se tornou conhecida pela "Não-me-toques".

II

Teria sido realmente amada? Não, mas apenas desejada, - tanto assim que todos os seus namorados se esqueceram dela...

Todos, menos o mais discreto, o mais humilde, o único talvez, que jamais se atrevera a revelar os seus sentimentos.

Chamava-se José Fernandes, e era o primeiro empregado da casa do Comendador Costa, onde entrara aos dez anos de idade, no mesmo dia em que chegara de Portugal.

Por esse tempo veio ao mundo Antonieta. Ele vira-a nascer, crescer, instruir-se, fazer-se altiva e bela. Quantas vezes a trouxera ao colo, quantas vezes a acalentara nos braços ou a embalara no berço! E, alguns anos depois, era ainda ele quem todas as manhãs a levava e todas as tardes ia buscá-la no colégio.

Quando Antonieta chegou aos quinze anos e ele aos vinte e cinco, "Seu José" (era assim que lhe chamavam) notou que a sua afeição por aquela menina se transformava, tomando um caráter estranho e indefinível; mas calou-se, e começou de então por diante a viver do seu sonho e do seu tormento. Mais tarde, todas as vezes que aparecia um novo pretendente à mão da moça, ele assustava-se, tremia, tinha acessos de ciúmes, que lhe causavam febre, mas o pretendente era, como todos os outros, repellido, e ele exultava na solidão e no silêncio do seu platonismo.

Materialmente, Seu José sacrificara-se pelo seu amor. Era ele, como se costuma dizer (não sei com que propriedade) o "tombo" da casa comercial do Comendador Costa; entretanto, depois de tantos anos de dedicação e amizade, a sua situação era ainda a de um simples empregado; o patrão, ingrato e egoísta, pagava-lhe em consideração e elogios o que lhe devia em fortuna. Mais de uma

vez apareceram a Seu José ocasiões de trocar aquele emprego por uma situação mais vantajosa; ele, porém, não tinha ânimo de deixar a casa onde ao seu lado Antonieta nascera e crescera.

III

Um dia, tudo mudou de repente.

Sem dar ouvidos a Seu José, que lhe aconselhava o contrário, o Comendador Costa empenhou a sua casa numa grande especulação, cujos efeitos foram desastrosos, e, para não fechar a porta, viu-se obrigado a fazer uma concordata com os credores. Foi este o primeiro golpe atirado pelo destino contra a altivez da "Não-me-toques".

A casa ia de novo se levantando, e já estava quase livre dos seus compromissos de honra, quando o Comendador Costa, adoecendo gravemente, faleceu, deixando a família numa situação embaraçosa.

Um verdadeiro deus *ex machina* apareceu então na figura de Seu José que, reunindo as suadas economias que juntara durante trinta anos, e associando-se a D. Guilhermina, fundou a firma Viúva Costa & Fernandes, e salvou de uma ruína iminente a casa do seu finado patrão.

IV

O estabelecimento prosperava a olhos vistos e era apontado como uma prova eloqüente de quanto podem a inteligência, a boa fê e a força de vontade, quando o falecimento da viúva D. Guilhermina veio colocar a filha numa situação difícil... Sozinha, sem pai nem mãe, nem amigos, aos trinta e dois anos de idade, sempre bela e arrogante em que pesasse a todos os seus dissabores, aonde iria a "Não-me-toques"? Antonieta foi a primeira a pensar que o seu casamento com José Fernandes era um ato que as circunstâncias impunham... [...]

Começou então uma nova existência para Antonieta, que, não obstante aproximar-se da medonha casa dos quarenta, era sempre formosa, com o seu porte de rainha e o seu colo opulento, de uma brandura de cisne. As suas salas, profundamente iluminadas, abriam-se quase todas as noites para grandes e pequenas recepções: eram festas sobre festas. Agora já lhe não chamavam a "Não-me-toques"; ela tornara-se acessível, amável, insinuante, com um sorriso sempre novo e espontâneo para cada visita. Fizeram-lhe a corte, e ela, outrora impassível diante dos galanteios, escutava-os agora com prazer. Um galã, mais atrevido que os outros, aproveitou o momento psicológico e conseguiu uma entrevista - Esse primeiro amante foi prontamente substituído. Seguiu-se outro, mais outro, seguiram-se muitos...

VII

E quando Seu José, desesperado, fez saltar os miolos com uma bala, deixou esta frase escrita num pedaço de papel:

"Enquanto foi solteira, achava minha mulher que nenhum homem era digno de ser seu marido; depois de casada (por conveniência) achou que todos eles eram dignos de ser seus amantes. Mato-me".

Correio da Manhã, 12 de outubro de 1902.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000050.pdf>

28. O título do conto é justificado no seguinte trecho:

- a) Passavam-se os anos, e Antonieta ia ficando para tia.
- b) [...] em breve Antonieta se tornou conhecida pela "Não-me-toques".
- c) Bonita, rica, elegante, vestindo-se pelo último figurino, falando correntemente o francês e o inglês, [...] tinha Antonieta razões sobejas para se julgar um *avis rara* na sociedade em que vivia, e não encontrar em nenhuma classe homem que merecesse a honra insigne de acompanhá-la ao altar.
- d) Começaram todos a notar-lhe defeitos parecidos com os das uvas de La Fontaine [...]

29. O conto só não traz uma crítica à(s):

- a) infidelidade conjugal.
- b) soberba e ganância.
- c) falsas aparências.
- d) altruísmo e complacência.

30. Considerando que Artur Azevedo foi um descobridor de assuntos do cotidiano da vida carioca, e observador dos hábitos da capital na época, pode-se afirmar que um dos principais objetivos do texto era:

- a) Ridicularizar os defeitos ou vícios da sociedade carioca.
- b) Demonstrar ao público leitor como a sociedade vivia na época.
- c) Contar fatos corriqueiros e cotidianos dos cariocas.
- d) Sensibilizar as pessoas para que mudem de atitude.

31. A história começa a tomar um rumo diferente quando:

- a) O Comendador Costa adoeceu.
- b) A D. Guilhermina faleceu.
- c) Seu José casou-se com Antonieta.
- d) O Comendador Costa empenhou a sua casa.

32. Por meio das ações dos personagens, podemos descrevê-los. Assim, coloque V (verdadeiro) ou F (falso) para as características atribuídas aos personagens. A seguir, assinale a sequência correta:

- I. Comendador Costa: egoísta e mesquinho. ()
- II. D. Guilhermina: inexpressiva e suscetível. ()
- III. Seu José: abnegado e soberbo. ()
- IV. Antonieta: aprazível e ativa. ()

- a) V, F, F, F.
- b) V, V, F, F.
- c) V, F, F, V.
- d) V, V, F, V.

33. Observe o trecho: “Que diabo! Dizia o comendador à sua mulher”. Em relação ao acento grave –indicativo de crase – utilizado, pode-se afirmar que é:

- a) Empregado incorretamente, pois não ocorre crase antes de pronome.
- b) Facultativo, pois ocorre antes de pronome possessivo.
- c) Empregado corretamente, pois está diante de uma palavra feminina.
- d) Obrigatório, pois está anteposto a um pronome possessivo.

34. Releia o trecho: “Uma grande viagem à Europa”, a alternativa que deve receber o acento grave seguindo a mesma regra do trecho é:

- a) “Uma grande viagem a Curitiba”.
- b) “Uma grande viagem a Brasília”.
- c) “Uma grande viagem a Itália”.
- d) “Uma grande viagem a Paris”.

35. Na oração final do texto: “Mato-me”, a colocação pronominal está:

- a) Correta, pois depois de verbo é obrigatória a ênclise.
- b) Incorreta, pois depois de verbo é obrigatória a próclise.
- c) Adequada, pois não se inicia frase ou oração com pronome oblíquo átono.
- d) Adequada, pois não se inicia frase ou oração com pronome pessoal reto.

36. Para se dirigirem à Antonieta, no Brasil, antes do casamento, as pessoas deveriam utilizar o seguinte pronome de tratamento:

- a) Vossa Senhoria.
- b) Vossa Excelência.
- c) Vossa Eminência.

d) Vossa Magnificência.

37. Releia o excerto: “o patrão, ingrato e egoísta, pagava-lhe em consideração e elogios o que lhe devia em fortuna” e assinale a alternativa correta relacionada aos pronomes grifados:

- a) Em ambos, ocorre a ênclise, pois não há elementos que atraem o pronome.
- b) No primeiro, ocorre a ênclise, e no segundo, a próclise, pois há elemento atrativo.
- c) Em ambos, ocorre a próclise, pois não há elementos que atraem o pronome.
- d) No primeiro, ocorre a próclise, e no segundo, a ênclise, pois há elemento atrativo.

38. No trecho a seguir, os verbos são considerados, respectivamente: “naquela capital de província não havia um homem, um só, que ela considerasse digno de ser seu marido”.

- a) Pessoal e impessoal.
- b) Impessoal e pessoal.
- c) Regular e irregular.
- d) Pessoais.

39. Observe: “só dois estrangeiros ilustres cá têm vindo”. O verbo destacado recebe o acento circunflexo para indicar:

- a) A concordância na terceira pessoa do plural com o sujeito “dois estrangeiros”.
- b) Que se trata de um verbo homógrafo, que não tem flexão verbal.
- c) A concordância na terceira pessoa do singular com o núcleo do sujeito “só”.
- d) A concordância verbal do sujeito com o objeto.

40. Assinale a alternativa cuja seqüência apresenta uma palavra que não tem a sílaba tônica na mesma posição das demais do grupo:

- a) Província, exigências, indomável.
- b) Difícil, impassível, conveniência.
- c) Ninguém, fêmea, José.
- d) Francês, inglês, porém.

41. Predominam, nas alternativas do exercício anterior, palavras:

- a) Paroxítonas e oxítonas.
- b) Proparoxítonas e paroxítonas.
- c) Oxítonas e proparoxítonas.
- d) Somente proparoxítonas.

42. O emprego da vírgula em destaque está corretamente justificado, exceto em:

- a) Um dia, tudo mudou de repente. (isola uma expressão explicativa).
- b) “Sem dar ouvidos a Seu José, que lhe aconselhava o contrário, o Comendador Costa...” (isola oração explicativa).
- c) “Ao cabo de algum tempo, ninguém mais se atrevia a erguer os olhos para a filha do Comendador Costa...” (isola o adjunto adverbial).
- d) “Seu José” (era assim que lhe chamavam) notou que a sua afeição por aquela menina se transformava, tomando um caráter estranho e indefinível; mas calou-se. (separa as orações coordenadas sindéticas).

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

43. No que se refere à Resolução nº 7.357, de 17 de dezembro de 2003, que institui o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, analise os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

I - Para o preenchimento das vagas destinadas a Magistrados, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral fará a devida comunicação aos Presidentes dos respectivos Tribunais, no prazo de até 90 (noventa) dias antes da vacância.

II - A posse dos Juízes Efetivos e a dos Substitutos dar-se-á perante o Tribunal, lavrando-se termo.

III - O cônjuge, o companheiro ou o parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo municipal poderá servir como Juiz no Tribunal, todavia, estará impedido de manifestar-se nos processos relativos ao respectivo município.

IV - A Presidência e a Vice-Presidência serão exercidas por Juízes integrantes da Categoria de Desembargador.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente os itens III e IV estão corretos.

44. Compete ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

- a) Presidir a Comissão Apuradora das Eleições para governador, vice-governador, membros do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa.
- b) Designar, mediante portaria, nas comarcas de vara única ou naquelas em que o número de varas coincidir com o de Zonas Eleitorais, o(s) Juiz(es) de Direito titular(es) da comarca para exercer(em) as funções de Juiz Eleitoral.
- c) Realizar inspeção e correição dos serviços eleitorais no Estado e conhecer das reclamações e representações apresentadas contra Juízes Eleitorais, Chefes de Cartório, Escrivães e Auxiliares Eleitorais.
- d) Reclamar ou representar ao Tribunal sobre matéria eleitoral.

45. Marque a alternativa que corresponde às disposições contidas na Resolução n. 7.357, de 17 de dezembro de 2003:

- a) A Corregedoria Regional Eleitoral é exercida pelo Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
- b) Em caso de vaga do cargo de Presidente na primeira metade do mandato, será convocada nova eleição para o período remanescente do exercício do cargo.
- c) Os provimentos expedidos pela Corregedoria Regional Eleitoral apenas servem de orientação aos Juízes Eleitorais do Estado, mas não os vinculam.
- d) Servirá como Procurador Regional Eleitoral junto ao Tribunal o membro do Ministério Público Estadual que for designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

46. Em relação ao partido político, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É pessoa jurídica de direito privado.
- b) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção, cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.
- c) É assegurada autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- d) É vedado ministrar instrução militar ou paramilitar, podendo adotar uniforme para seus membros.

47. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, desde que o estatuto partidário não estabeleça prazo superior.
- b) Quem se filia a outro partido deve fazer comunicação, no prazo de quarenta e oito horas, contados da nova filiação, ao partido e ao Juiz de sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação; se não o fizer no prazo assinalado, fica configurada dupla filiação, sendo ambas consideradas nulas para todos os efeitos.
- c) Somente o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, nos termos fixados na Lei nº 9.096/95.
- d) Somente pode filiar-se a partido político o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.

48. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O partido político assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos, imediatamente após o seu registro no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal.
- b) A legislação estabelece a suspensão de novas cotas do fundo partidário ao partido político que não entregar a sua prestação de contas anual ou que venha a ser desaprovada.
- c) Os filiados de um partido político têm iguais direitos e deveres.
- d) Os partidos políticos devem observar, dentre outros, os seguintes preceitos: caráter nacional, proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros e prestação de contas à Justiça Eleitoral.

49. Sobre o alistamento eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É facultativo para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) É obrigatório para os maiores de dezoito anos.
- c) Não podem alistar-se os estrangeiros e os militares.
- d) É facultativo para os analfabetos e os maiores de setenta anos.

50. Sobre a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compõem-se de dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça, escolhidos mediante eleição.
- b) Compõem-se de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.
- c) Compõem-se de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça e nomeados pelo Governador do Estado.
- d) Compõem-se de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça, mediante eleição.

51. Sobre as sanções aplicáveis em razão de inadimplemento ao dever de alistamento ou de voto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até sessenta dias após a realização da eleição incorrerá em multa, à exceção daqueles em que o voto é facultativo.
- b) O brasileiro nato que não se alistar até os dezenove anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira incorrerá em multa.
- c) O eleitor obrigado, sem a prova de que se alistou ou votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá, dentre outras restrições, inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se neles, participar de concorrência pública, obter passaporte e renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo.

d) Realizado o alistamento eleitoral pelo processo eletrônico de dados, será cancelada a inscrição do eleitor que não votar em quatro eleições consecutivas, não pagar a multa ou não se justificar no prazo legal.

52. Sobre competência e atribuição do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) É competente para nomear os membros das mesas receptoras de votos.
- b) É competente para responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.
- c) É competente para constituir as juntas eleitorais e designar a respectiva sede e jurisdição.
- d) É competente para processar e julgar originariamente o registro de candidatos de sua circunscrição eleitoral aos cargos de governador, vice-governador, senador da república, deputado federal e deputado estadual.

53. Assinale a alternativa em que a eleição NÃO adota o princípio da representação proporcional.

- a) Eleição para a Câmara Municipal.
- b) Eleição para o Senado Federal.
- c) Eleição para a Assembléia Legislativa.
- d) Eleição para a Câmara dos Deputados.

54. Considerando os sistemas eleitorais da eleição majoritária e da representação proporcional, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O quociente eleitoral corresponde ao número mínimo de votos que um partido ou coligação deve obter para participar da distribuição das vagas.
- b) O quociente partidário corresponde à quantidade de vagas a ser preenchida por cada partido ou coligação que tenha alcançado o quociente eleitoral.
- c) As vagas não preenchidas com a aplicação do quociente partidário são distribuídas pelo método da maior média.
- d) Se nenhum partido ou coligação alcançar o quociente eleitoral, far-se-á nova eleição.

55. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Será considerado eleito o candidato a Presidente ou a Governador que obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- b) Nas eleições proporcionais, contam-se como válidos apenas os votos dados a candidatos regularmente inscritos, às legendas partidárias e os em branco.
- c) Poderá participar das eleições o partido que, até um ano antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, e tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição.
- d) Serão realizadas simultaneamente as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital.

56. Sobre coligações, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A coligação será representada perante a Justiça Eleitoral por seu representante ou por delegados indicados pelos partidos que a compõem, podendo nomear até três delegados perante o Tribunal Regional Eleitoral.
- b) A legislação permite coligação para a eleição proporcional.
- c) A legislação permite coligação para a eleição majoritária.
- d) A legislação permite coligação para as eleições majoritária e proporcional.

57. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições.
- b) Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito.
- c) Nas eleições proporcionais, a substituição de candidato só se efetivará se o novo pedido for apresentado até trinta dias antes do pleito.
- d) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas do dia 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições.

58. Sobre registro de candidatura, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.
- b) No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.
- c) Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder vinte vagas, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas.
- d) Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder vinte vagas, tratando-se de coligação, poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro do número de lugares a preencher.

59. Sobre prestação de contas de campanha eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias serão feitas por intermédio do comitê financeiro.
- b) As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo comitê financeiro ou pelo próprio candidato.
- c) Os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela internet, nos dias 6 de agosto e 6 de setembro, relatório discriminando os recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral, e os gastos que realizarem, em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, com a devida indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados.
- d) Devem ser encaminhadas à Justiça Eleitoral, até o trigésimo dia posterior à realização das eleições, salvo na hipótese de segundo turno, para os candidatos que o disputem.

60. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições majoritárias e, em seguida, os referentes às eleições proporcionais.
- b) Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.
- c) A escolha de fiscais e delegados, pelos partidos ou coligações, não poderá recair em menor de dezoito anos ou em quem, por nomeação do Juiz Eleitoral, já faça parte de Mesa Receptora.
- d) Qualquer partido pode reclamar ao Juiz Eleitoral, no prazo de cinco dias, da nomeação da Mesa Receptora, devendo a decisão ser proferida em 48 horas.